

Emissoras educativas X sistema público brasileiro de radiodifusão – o caso da Rádio MEC do Rio de Janeiro (1936-2015)¹

Sonia Virgínia Moreira²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Em 2016 a Rádio Ministério da Educação (Rádio MEC) completa 80 anos da doação feita ao governo federal por Edgard Roquette-Pinto, que esteve na vanguarda do rádio no país ao criar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro na década de 1920. A emissora se tornaria um símbolo também pela carta-doação de Roquette-Pinto: que fosse usada exclusivamente para fins educativo-culturais, sem qualquer chance de outro tipo de programação. O texto parte desse referencial histórico para, entre outros pontos, analisar a situação da emissora educativa original agregada ao sistema público de rádio e TV gerenciado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e debater o lugar da memória de mídia no país e os desafios enfrentados pelas emissoras educativas brasileiras.

Palavras-chave: radiodifusão; educação e cultura; sistema público; Brasil

Este artigo tem pelo menos três objetivos: considerar as circunstâncias em que opera hoje (segundo semestre de 2015) a Rádio Ministério da Educação; refletir sobre os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública introduzidos com a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC) vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e registrar atividades recentes da Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC (SOARMEC) na defesa e no cuidado com a memória do rádio educativo-cultural no Brasil.

A intenção é abordar essas questões tanto pelo ângulo da memória, com a recuperação de momentos anteriores e imediatamente posteriores à doação da Rádio Sociedade, como pela análise de alguns textos legais, o que pode ajudar a compreender como se estabelecem as condições para a evolução histórica e contemporânea da radiodifusão educativa. Depois da criação da EBC em 2007/2008, boa parte da produção sobre o rádio público tem sido avaliada no âmbito conceitual da radiodifusão pública. Este artigo recupera o atributo educativo-cultural que foi assimilado no texto da lei de criação da

¹ Trabalho apresentado no V Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora e pesquisadora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na área de indústria de mídia e de radiodifusão. Integrante da diretoria da Soarmec (2012-2015). E-mail: soniavm@gmail.com

EBC e verifica os modos de apropriação desta vertente da radiodifusão sonora pelo sistema público vigente. Também usa como elementos recorrentes neste exame informações reunidas ou produzidas pela SOARMEC, organização social sem fins lucrativos que manteve durante vários anos, no próprio prédio da emissora, uma biblioteca especializada em rádio educativo que serviu como fonte de pesquisas para profissionais, estudantes de graduação e alunos de pós-graduação que desenvolviam trabalhos sobre o assunto.

Propriedade & Programação

Há 79 anos, completados em setembro de 2015, ocorreu a cerimônia de doação da pioneira Rádio Sociedade ao poder público. Um dos mais importantes dentre os intelectuais brasileiros, Carlos Drummond de Andrade (que em 1936 já era funcionário do Ministério da Educação), descreveu em crônica no jornal *Correio da Manhã* a sua lembrança do encontro entre o professor Edgard Roquette-Pinto e o Ministro da Educação, que precedeu a doação da emissora ao governo federal:

Foi há 25 anos. Lembro-me bem. Roquette-Pinto tomou o elevador do Edifício Rex e procurou, no 16º, o ministro Gustavo Capanema. Ia dar-lhe de graça o prefixo, o equipamento, a tradição da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Tudo isso, que parecia pequeno e era imenso, passava a pertencer ao Ministério da Educação, sem qualquer indenização aos proprietários, todos eles professores, cientistas, homens de letras. Nada, nada? Apenas uma palavra Roquette queria receber em troca de sua emissora.

- E que palavra é essa?

- O compromisso de que a Rádio continue a fazer obra cultural e nunca, de forma alguma, faça política.

A palavra foi dada. Preparou-se a transferência legal, e no entardecer de 7 de setembro de 1936, este cronista subia com Capanema um outro elevador, rangente e reumático, num velho prédio da Rua da Carioca. Íamos para o estúdio da Rádio Sociedade, onde se realizaria a cerimônia oficial da entrega da estação pioneira ao poder público. Mestre Roquette, comovido. (DRUMMOND DE ANDRADE, 1961, in MILANEZ, L. (org.), 2007, p. 49).

Uma imagem precisa dessa nova condição seria o prédio da Rádio construído no endereço que passou a ocupar a partir de 1941 na Praça da República 141-A, no centro do Rio de Janeiro. A edificação de cinco andares foi iniciada em 1937, ano da assinatura da Lei nº 378, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública³. O artigo 50 dessa lei instituiu o Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE) e transformou a Rádio Sociedade na PRA-2 / Rádio Ministério da Educação. Ela foi a primeira emissora do Estado

³ A Lei é de janeiro de 1937. Em novembro do mesmo ano, uma nova Constituição iniciou o período de governo de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo, com grande concentração de poderes nas mãos do Presidente da República.

brasileiro com fins exclusivamente educativos, dando origem do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE):

Art. 50. Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programmas de caracter educativo. Paragrapho unico. Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações radiodifusoras, que funcionem em todo o Paiz, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcellados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação nocturna⁴ (DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, 15 janeiro 1937, p. 1210).

Em 1942 a Rádio MEC passou a transmitir do endereço (que manteve até a mudança para os estúdios da antiga TVE, hoje TV Brasil). Em 1943, com a nomeação do médico Fernando Tude de Souza para a direção do SRE e o aumento do quadro de funcionários, a grade e os horários de programação foram ampliados e ao espaço físico acrescido um estúdio sinfônico com acústica perfeita para as transmissões de música ao vivo. Como sucessor de Roquette Pinto no Serviço de Radiodifusão Educativa (SER), Tude de Souza assumiu a direção da Rádio e ali seguiu as suas orientações educativas.

Em relatório para a UNESCO de 1950, sobre o estado da radiodifusão educativa no Brasil, Tude afirmava que o rádio não solucionaria o problema do analfabetismo (que só poderia ser resolvido pela escola presencial), mas seria um bom meio para se alcançar adultos iletrados e crianças sem acesso à escola, principalmente em zonas rurais e para campanhas de saúde (Gilioli, 2008, p. 368, in PROJETO SOARMEC, 2012).

A emissora começou a produzir óperas completas e a desenvolver programas educativos, musicais (além da predominância da música clássica foi a primeira a ter um programa de jazz), infantis e radioteatro. Experimentou, nesse período, o funcionamento pleno como canal educativo-cultural e tornou-se referência para rádios do gênero que começavam a se estabelecer em outras cidades e estados, e também para aquelas criadas ainda na década de 1920 como educativas.

Sobre a programação da emissora importa destacar que

A música clássica foi o carro chefe da programação da Rádio MEC desde a sua fundação. Era certamente parte integrante do perfil educativo e cultural que Roquette-Pinto quis imprimir à emissora ao transferi-la para o Ministério da Educação e Cultura. Esse perfil consolidou-se ao longo dos anos, atingindo a plenitude na gestão fecunda de Fernando Tude de Souza e René Cavé, quando se tornou uma espécie de BBC brasileira, onde a programação ao vivo, ou em gravações, contemplava, além da música clássica, a literatura, o radioteatro, o ensino de idiomas e diversas disciplinas pelo Colégio do Ar, a poesia, até mesmo a educação física, com os programas matinais de rádio-ginástica. A programação tinha, ela própria, um caráter educativo, de formação e informação do público

⁴ Conforme grafia do texto original da Lei.

radiouvinte. Além do repertório predominante, que ia do barroco ao impressionismo, havia – como ainda hoje – programas específicos destinados a divulgar a música pré-clássica – medieval, renascentista – e a música contemporânea (KRIEGER, 2007, p. 115-116).

O padrão da Rádio MEC se manteve desde então como o principal exemplo de rádio educativo-cultural no país. Tal concepção atravessou décadas e pode ser constatado na Portaria Interministerial de 1999, por exemplo, que classifica esse tipo de programação como aquela que, além de atuar conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional (MEC / MINICOM, 1999).

A tabela a seguir mostra que, em 2014, 543 canais de rádio educativos estavam em operação, transmitindo principalmente em frequência modulada (525 emissoras) e o restante em ondas médias (15), ondas tropicais (2) e ondas curtas (1). Ponderando a distribuição, quase 47% das emissoras funcionavam em cinco estados, com predomínio de Minas Gerais (88 emissoras) e São Paulo (73), mas também no Ceará (39), em Pernambuco (28) e no Rio Grande do Sul (26).

Radiodifusão Educativa – Emissoras de rádio por região e estado (2014)

REGIÃO	UF	RÁDIO			
		FM	AM		
			OM	OC	OT
CENTRO-OESTE	DF	12	1	0	0
CENTRO-OESTE	GO	17	1	1	1
CENTRO-OESTE	MS	12	0	0	0
CENTRO-OESTE	MT	8	0	0	0
NORDESTE	AL	10	1	0	0
NORDESTE	BA	21	0	0	0
NORDESTE	CE	39	0	0	0
NORDESTE	MA	12	0	0	0
NORDESTE	PB	6	0	0	0
NORDESTE	PE	28	1	0	0
NORDESTE	PI	11	1	0	0
NORDESTE	RN	15	0	0	0
NORDESTE	SE	7	1	0	0
NORTE	AC	9	3	0	0
NORTE	AM	9	0	0	0
NORTE	AP	9	0	0	0
NORTE	PA	24	0	0	1
NORTE	RO	3	0	0	0
NORTE	RR	3	0	0	0

NORTE	TO	9	0	0	0
SUDESTE	ES	15	0	0	0
SUDESTE	MG	88	3	0	0
SUDESTE	RJ	17	0	0	0
SUDESTE	SP	73	0	0	0
SUL	PR	24	1	0	0
SUL	RS	26	2	0	0
SUL	SC	18	0	0	0
TOTAL		525	15	1	2

Fonte: Minicom, Base de Dados SRD, de 29/09/2014.

Rádio MEC no sistema público

A Lei nº 11.562⁵, que criou o sistema público de radiodifusão, foi recebida com entusiasmo por aqueles que tinham alguma ligação com as áreas de rádio e de TV. Tratava-se do primeiro texto legal depois da Lei de Radiodifusão Comunitária, de 1999, e aparecia em um contexto otimista de que, enfim, começasse ali o desenho do longamente aguardado marco legal abrangente que desse conta das sucessivas transformações ocorridas no âmbito das comunicações. Vinte anos depois de promulgada a Carta Constitucional de 1988, finalmente se organizava o estabelecido no Artigo 223:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A lei sugeria também que seriam valorizados dois princípios destacados no Art. 221 da Constituição, sobre produção e programação das emissoras de rádio e TV: 1. a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; e 2. a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação (Id., *ibidem.*). Como os dois primeiros artigos versando sobre os serviços de radiodifusão pública reproduziam exatamente os aqui destacados do texto constitucional, a perspectiva natural era de valorização do caráter educativo-cultural da radiodifusão com a incorporação dos canais da Rádio MEC e da TV Educativa, porque a Lei 11.562 abordava explicitamente o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP⁶, bem como “o patrimônio, os legados e as doações” a ela destinados.

⁵ Aprovada no Senado em 2007 e promulgada em 2008

⁶ Compunham a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto os canais AM e FM da Rádio MEC no Rio de Janeiro (2) e em Brasília (1); e os canais de TV Educativa (TVE) no Rio de Janeiro e no Maranhão.

O desdobramento das determinações instituídas em 2008, porém, não seguiu a expectativa otimista para o âmbito educativo-cultural gerada com o texto legal. Passado o período inicial de vigência das novas regras para o sistema público de radiodifusão começou a ficar evidente que havia contradições entre a concepção de emissora e/ou programação de característica educativo-cultural e os objetivos do sistema, que delegava competência para a EBC implantar e operar a Rede Nacional de Comunicação Pública. Isso está detalhado no inciso III do Art. 8º, que trata da “cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes” (Lei nº 11.562/2008).

A incorporação via remanejamento ou transferência do acervo das emissoras educativo-culturais pela Empresa Brasil de Comunicação – no caso da Rádio MEC do Rio de Janeiro agravada pelo fechamento para obras de reforma do imóvel na Praça da República onde estão estúdios e arquivos – gerou polêmicas públicas entre a direção da EBC e grupos favoráveis aos princípios educativo-culturais no rádio. Ao ponto de, no final de 2013, o diretor-geral da EBC, Eduardo Castro, publicar na coluna que mantinha em um jornal local que a Rádio MEC não iria acabar:

Nos últimos dias, textos circulam pela internet chamando atenção para algo que seria iminente e irremediável: o esvaziamento e a extinção da Rádio MEC, patrimônio cultural do Rio e do Brasil. Mas a emissora não está sendo esvaziada e nem irá fechar. Vai continuar sendo o canal privilegiado para a divulgação da música clássica. O prédio que abriga as MEC, AM e FM, na Praça da República, carece de reformas profundas que não podem ser feitas com seus funcionários lá. Para a reforma, adaptamos o prédio da TV Brasil, na Lapa, para receber temporariamente as rádios. Ambas mudaram de endereço sem ficar um único minuto fora do ar. Hoje, estamos adaptando um espaço para abrigar melhor o acervo histórico (CASTRO, 2013).

Sobre a ACERP, ele esclarecia que:

A criação da EBC, em 2007, levou a outro movimento: a absorção das atividades da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), a Organização Social que, até então, geria as rádios MEC e a TVE, por meio de um contrato de gestão, que se encerra em dezembro. A partir de então, todas as atividades de radiodifusão passam a ser de responsabilidade da EBC – com suas regras e particularidades de empresa pública. Inclusive a admissão apenas por concurso público. Há poucas semanas, a EBC definiu suas diretrizes de programação para os próximos anos. O capítulo destinado às “rádios” estipula que devemos “redefinir a lógica de organização das emissoras por eixos de afinidade (...) sem, contudo, desconsiderar as características históricas e as identidades de cada emissora” (id., *ibidem*).

De acordo com o discurso oficial estava garantida a operação da Rádio MEC como emissora educativa, integrando um dos “eixos” sob os quais passaram a ser agrupados os canais absorvidos ou concedidos pela Empresa pública. Destino diferente, porém, teve o contrato de gestão entre a ACERP e a União. Um ano depois das afirmações do diretor-geral, a Associação saiu da área de supervisão da EBC e retornou para o Ministério da Educação, nos termos do decreto presidencial nº 8.385, assinado em 30 de dezembro de 2014.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV e inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998,

DECRETA:

Art. 1º A supervisão do contrato de gestão a ser firmado entre a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, qualificada como Organização Social, e a União será realizada pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O contrato de gestão a que se refere o **caput** terá como objeto o apoio à implementação das políticas de melhoria da qualidade da educação brasileira, mediante a execução das seguintes atividades:

I - produção, gestão e distribuição de conteúdos educativos em diversos formatos e acessíveis em múltiplas plataformas, sobretudo televisão e internet;

II - pesquisa na área de inovação e desenvolvimento de tecnologias educacionais; e

III - formação e capacitação continuada de professores, técnicos e gestores educacionais.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 6.794, de 16 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

A Associação se mantém como produtora audiovisual ao obter o status que outras organizações que defendem para a Rádio MEC do Rio de Janeiro o perfil original da emissora fundada por Roquette-Pinto, de canal dedicado à educação e à cultura, ainda aguardam como definitivo.

Sociedade de ouvintes

Diferente dos títulos de clubes e sociedades incorporados às primeiras rádios brasileiras como maneira de identificar as associações de radiofonia que se formaram em torno da novidade que era o meio de comunicação sonoro nos anos 20, a Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC foi criada em 1992 como a primeira sociedade de amigos de uma rádio para apoiar e aperfeiçoar as atividades culturais da Rádio MEC e ajudá-la a cumprir sua missão educativa seguindo o ideário do seu fundador, Edgard Roquette-Pinto. Considerando que a indústria brasileira de radiodifusão, de caráter essencialmente privado, esteve centralizada desde a década de 1930 no formato de emissoras comerciais, é dado

relevante o funcionamento ininterrupto há mais de duas décadas de uma associação de amigos para o rádio educativo. Em 20 anos de atividades contínuas, a associação conseguiu captar recursos para recuperar, ampliar e divulgar o acervo da Rádio e enriquecer sua programação. Pelos serviços prestados ao rádio educativo e à cultura, foi distinguida com os títulos de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal e, em 2002, recebeu o mais importante prêmio cultural do estado do Rio de Janeiro, o prêmio Estácio de Sá.

Em 2003 a associação criou um *site* com conteúdo voltado para o aprimoramento do debate sobre o rádio educativo. No seu endereço (<http://www.soarmec.com.br/>) estão disponíveis informações sobre a Rádio MEC e produções da própria SOARMEC, como programas em áudio, entrevistas impressas e o acervo do jornal impresso *Amigo Ouvinte*,

Igualmente relevante tem sido o desempenho da associação em defesa do legado da Rádio MEC. Um de seus atos nos últimos anos foi acompanhar o inquérito civil instaurado pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro em novembro de 2013 a partir de representação protocolada por uma ouvinte-procuradora para apurar “possível ineficiência do Estado na proteção do acervo histórico representado pelo acervo da Rádio MEC”. Quinze meses depois de iniciado, o inquérito somava 394 páginas. Na documentação estava agregado o pedido protocolado em setembro de 2014 para investigar o evidente desmonte da Rádio MEC, a perda do patrimônio cultural que a emissora representa e o desvio da função educativa para a qual foi criada. Foram anexadas cópias em PDF dos dois últimos números do seu informativo oficial, o *Amigo Ouvinte* e os documentos incorporados passam a fazer parte da instrução do processo.

Se uma associação tem coração, o da SOARMEC pulsa no peito do produtor, escritor e poeta Renato Rocha. Ele tem sido desde sempre o aglutinador de nomes, referências e amigos reunidos em volta da Rádio MEC. Foi o principal responsável – junto com uma pequena equipe formada pelos diretores da Sociedade – pela organização da biblioteca especializada em assuntos radiofônicos, a Biblioteca Tude de Souza, constituída para colocar em prática um dos componentes considerados por Roquette-Pinto fundamental em uma emissora educativa: a existência de uma biblioteca atualizada, que existiu na emissora-matriz, mas deixou de existir em administrações posteriores.

A ausência de bibliotecas especializadas em assuntos radiofônicos é uma lacuna educativo-cultural evidente. Mesmo instituições com décadas de trabalho dedicadas ao rádio educativo, caso da Fundação Padre Landell de Moura (criada para preservar e homenagear a memória deste que foi o pioneiro brasileiro na transmissão do som a distância), não contam com acervo em estado razoável que possa ser elemento de intercâmbio com outras instituições (PROJETO SOARMEC, 2012).

Depois da saída do prédio original na Praça da República, a SOARMEC se instalou provisoriamente no Museu do Rádio Roberto Marinho, criado em 1994 e mantido por contribuições dos canais vinculados à Associação das Emissoras de Rádio e TV do Estado do Rio de Janeiro (AERJ). O Museu, por sua vez, foi desativado em 2015 pelo governo do estado do Rio de Janeiro (proprietário do prédio). Boa parte do acervo da Biblioteca Tude de Souza foi transferida em regime de comodato para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se encontra agora. A Sociedade agora está em transição, existindo apenas em versão digital.

Enquanto isso, no prédio da Praça da República seguem interditados, como registrou em 2013 o informativo *Amigo Ouvinte*, “o maior estúdio de rádio no país; os estúdios A e B; o auditório; a discoteca e suas cabines; todas as salas da AM e FM; as cabines de transmissão; os estúdios do 5º andar e apropriada sala da direção. Tudo deserto”.

Referências

CASTRO, Eduardo. A Rádio MEC não acabará. *O Dia*, edição de 13/11/2013. Disponível em 25/05/2015 em <http://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2013-11-13/eduardo-castro-a-radio-mec-nao-acabara.html>

COLODETTI, Fernanda X. A Rádio MEC no contexto do rádio educativo contemporâneo. *Cadernos da Comunicação – Série Memória*, vol. 6. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, março de 2003, p. 28-90.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Cap. V – Da Comunicação Social (Art. 220 a 224). Disponível em 24/03/2015 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

CUNHA, Marcelo Barros da. Outorgas para exploração de serviços de radiodifusão. *Revista Jus Navigandi*, ano 18, nº 3516, 15 fev. 2013. Disponível em 28/04/2015 em <http://jus.com.br/artigos/23728>

DECRETO nº 8.385. Dispõe sobre a supervisão do contrato de gestão a ser firmado entre a ACERP e a União. Disponível em 27/05/2015 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2014/Decreto/D8385.htm

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Acabaram de ouvir... In: MILANEZ, Liliana. *Rádio MEC: Herança de um Sonho*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 49-51.

GILIOLI, Renato de S. P. Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto. São Paulo: PPGÉ, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008 [Tese doutorado].

KRIEGER, Edino. Rádio MEC: um centro de difusão da música clássica. In: *Id, ibidem*, p. 115-125

LEI nº 378/1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e da Saúde Pública. Publicado no *Diário Oficial da União* de 15/01/1937. Disponível no Portal MEC em 18/05/2015 em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>

LEI nº 11.652/2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza

o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Disponível em 18/05/2015 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111652.htm

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999. Disponível em 21/05/2015 em <http://www.comunicacoes.gov.br/legislacao/port-tipo/portarias/portaria-interministerial-n-651-de-15-de-abril-de-1999>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Radiodifusão Educativa e Consignações da União. Disponível em 17/03/2015 em <http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-educativa-e-consignacoes-da-uniao>

MOREIRA, Sonia V. Rádio educativo brasileiro: fragmentos históricos. *Cadernos da Comunicação – Série Memória*, vol. 6. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, março de 2003, p. 12-25.

PROJETO SOARMEC. Um portal para o rádio educativo-cultural. Documento interno, junho 2012.

ROQUETTE-PINTO, Vera Regina. Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos. *Revista USP* nº 56, dezembro/fevereiro 2002-2003, p. 10-15. Disponível em 26/06/2015 em <http://www.usp.br/revistausp/56/02-veraregina.pdf>

SOARMEC – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC. Disponível em <http://www.soarmec.com.br/index.htm>